



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Diretoria do Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas
Coordenação Geral de Autorização de Uso e Gestão de Fauna e Recursos Pesqueiros

ATA DE REUNIÃO PARA INSTALAÇÃO DO COMITÊ DE GESTÃO DO USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO

Aos 30 dias do mês de agosto de 2007, reuniram-se no CEPENE – Centro de Pesquisa e Gestão dos Recursos Pesqueiros do Litoral Nordeste - representantes de instituições governamentais (SEAP, MTE, MMA, CHESF, SPU, IBAMA) e não governamentais (Federações de Pescadores de AL, BA, SE, PE, MG; CPP, MONAPE, CONTTMAF) para a instalação do Comitê de Gestão do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros da Bacia do Rio São Francisco-CGSF. A abertura do encontro foi feita pelo Chefe do CEPENE, José Clerton, às 9h50min. Em seguida tomou a palavra o Coordenador Geral de autorização do Uso Sustentável de Fauna e Recursos Pesqueiros – CGFAP/IBAMA, José Dias Neto, dando boas vindas e solicitando que fosse feita uma rápida rodada de apresentação. A seguir foi apresentada a proposta de agenda do encontro. Aprovada a agenda, o Coordenador observou que, apesar de algumas ausências significativas, como a CODEVASF e a Marinha do Brasil, a presença de 31 das 38 instituições convidadas era bastante significativa. Fez uma análise do desempenho do Poder Público na gestão dos recursos pesqueiros nas últimas décadas, que tem a missão de promover a gestão. Afirmou que esta missão não tem sido alcançada e, com o objetivo de reverter a situação, está sendo construído um novo caminho, por meio da gestão compartilhada, que é papel do Estado. Tem, ainda, as atribuições de mediar discussões, garantir o cumprimento de acordos por meio de seu poder de polícia, legislar e fornecer assistência e serviços, além de produzir e difundir informações, e de representar o futuro – “quem representa o futuro das gerações é o Estado”. Zé Dias apresentou propostas de mudanças na gestão, entre as quais o arranjo institucional do CGSF, composto de dois sub-comitês: Científico e de Acompanhamento, além dos Grupos de Gestão Estaduais. Lembrou que as medidas serão adotadas a partir das discussões e devem ser aprovadas por consenso. Na sequência, abriu-se a palavra para perguntas, quando foi esclarecido que o Comitê tem foco na pesca extrativista e não na aqüicultura. Questionou-se a contribuição ao INSS pelos pescadores, pois segundo o senhor Raimundo (da Federação de Pescadores da Bahia) haveria interpretações divergentes por parte do Ministério do Trabalho e do Ministério da Previdência Social, sendo reconhecida a necessidade de melhores informações para esclarecer a questão. O senhor Bida (da Federação de Pescadores de Alagoas) sugeriu a inclusão do Ministério da Justiça no CGSF. Passou-se em seguida à apresentação da minuta de Portaria do IBAMA que oficializará o CGSF. Sobre a composição do Conselho, Marco Túlio, do IBAMA/MG, sugeriu a alteração do item V, do art. 2º, alínea “c”, para substituir o Conselho de Superintendentes do Nordeste por um Conselho formado pelos Superintendentes do IBAMA nos estados que compõem a bacia do rio São Francisco. Edison, do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, sugeriu a substituição do Conselho Regional de Recursos Hídricos pelo CBHSF. Terminada a leitura da Portaria, Alexandre, do Programa de Revitalização do Rio São Francisco-PRSF/MMA apresentou o Programa. Edison comentou a criação de fóruns que se superpõem, sugerindo a articulação entre fóruns já existentes. Em seguida, Clemeson Coordenador da Coordenação de Ordenamento Pesqueiro - COOPE, apresentou o trabalho da CTT-Rec-Pesq/PRSF, que faz a interface entre o CGSF e o PRSF, e da qual ele é o Coordenador. Após o intervalo para almoço, houve a apresentação dos resultados do Censo Estrutural da Pesca na Bacia do rio São Francisco, pelo coordenador do projeto, Geovânio Oliveira, do IBAMA/Sede,

informou que o Censo visa caracterizar os locais de desembarques, as embarcações e artes de pesca empregadas, as pescarias e as espécies capturadas, além dos produtores, para viabilizar um programa de monitoramento da atividade pesqueira que permita seu controle e assegure sua sustentabilidade. Foram visitados 115 municípios e um total de 514 localidades. Os resultados estão disponíveis no endereço www.ibama.gov.br/recursospesqueiros/documentostecnicos. João Paulo, do MMA, perguntou sobre a produção total da bacia. Foi informado de que não existe este registro, porém Eliana, do IBAMA/SUPES/BA disse que há informações sobre o lago de Sobradinho. Geovânio disse que a informação mais importante do censo é o mapeamento da capacidade da pesca instalada. Eliana informou que 75 a 80 toneladas de pescado saem por semana da região de Xique-Xique e Pilão Arcado, e que 90% da produção constitui-se de peixes abaixo do tamanho mínimo. Daniel Crepaldi, do IBAMA/Sede, disse que os dados existentes são mascarados pelos grandes atravessadores, que compram a produção antes que chegue a fazer parte da estatística. O senhor Raimundo (da Federação de Pescadores de MG) disse que não há um gerenciamento efetivo da atividade pesqueira, perguntando qual seria a maneira dos pescadores colaborarem com o monitoramento – quantidade, tamanho, tipo – para a orientação da atividade. Manoel, do ESREG IBAMA/Bom Jesus da Lapa/BA, disse que é interessante a parceria com a Marinha, que tem controle sobre os barcos, porém somente a partir de um certo porte. Disse também que nem todo o pescado é desembarcado na região onde é capturado, o que dificulta o controle. Geovânio disse que os dados da Marinha e outros existentes foram utilizados na pesquisa do desembarque. O senhor Bida (AL) disse que é preciso um censo mais completo, pois faltam dados sobre o Baixo São Francisco, citando como exemplo a pilombeta, espécie sobre a qual não há informações no censo, porém fala-se em desembarque de 30 a 50 toneladas por mês. Cícero, da Federação de Pescadores de Sergipe, disse que em Piaçabuçu um barco grande compra o pescado ainda dentro do rio. Em seguida, teve início a apresentação do representante da SEAP/PR, Sebastião Saldanha, sobre as competências da Instituição, o Registro Geral da Pesca e o Recadastramento dos Pescadores. Inicialmente, lembrou que a SEAP foi criada em 2003 com a competência de realizar o Registro Geral da Pesca, que se utilizou do recadastramento dos pescadores. Citou que a operacionalização do Registro está estabelecida no art. 93 do Decreto-Lei nº 221, de 28.2.1966, e que está sendo elaborado o Manual de Procedimentos a ser utilizado na orientação dos Registros de Pescadores. Tatiana, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), questionou o uso do protocolo para pagamento do benefício seguro-desemprego. Saldanha disse que a partir de novembro/07 só serão aceitas carteiras e não mais protocolos. Edison, do CBHSF, questionou sobre critérios que possam garantir que o benefício seguro-desemprego não seja pago a quem não exerce a atividade de pescador. Tatiana explicou que um dos critérios é o atestado fornecido pelo presidente da Colônia, critério este que deverá ser revisto pelo MTE. Perguntou o que a SEAP tem a dizer sobre este critério, e Saldanha informou que não é a SEAP quem os define, sendo a carteira de identificação fornecida pela instituição apenas um dos documentos exigidos, e que a questão realmente precisa ser reexaminada. O senhor Raimundo (BA) registrou sua preocupação com a questão do fornecimento dos atestados pelos presidentes de Colônias. Afirmou que eles têm critérios para admitir os pescadores, disse também que algumas associações de pescadores possuem motivação política. Saldanha reiterou que somente a SEAP e nenhuma outra instituição pode fornecer a carteira de pescador profissional. O senhor Raimundo (MG) disse que os presidentes chegam a sofrer ameaças para que assinem os atestados de comprovação da atividade de pescador. Disse que é preciso criar mecanismos para expurgar os fraudadores. Afirmou que o registro da embarcação não significa nada no que se refere ao exercício da profissão, pois ela pode ficar “guardada na garagem”. E que quem deve checar os dados são o Ministério do Trabalho e a Previdência Social, por meio da raiz cadastral. Paulino, do IBAMA/AL, disse que muitos presidentes de colônias sequer são pescadores, permanecendo na função por interesse político. Saldanha disse que desde a Constituição de 1988 o pescador pode requerer sua identificação na SEAP sem a exigência do atestado da colônia. Tatiana, do MTE informou sobre a intenção do Ministério de retirar a figura do presidente da colônia como o responsável pela informação

(atestado) sobre o exercício da atividade profissional de pescador, devendo ser a SEAP a instituição a prestar esta informação. Questionou o senhor Raimundo (BA) sobre sua opinião, se o presidente deve ou não atestar a atividade. Ele informou ser favorável ao atestado. Sérgio da GEREX/Barreiras/IBAMA, mencionou os registros antigos de pescadores do IBAMA que muitas vezes não são encontrados, e se nesse caso a carteira do IBAMA tem validade para comprovação de tempo de exercício da atividade. Saldanha disse que a informação, se disponível, constará da carteira e é útil para cobrir o período de carência de um ano, exigido para o seguro-desemprego, e também para fins de aposentadoria. Porém, a SEAP pode fornecer a carteira sem a informação do IBAMA, caso esta não esteja disponível. O senhor Bida (AL) comentou sobre o problema dos falsos pescadores, afirmou que o governo federal precisa investir em métodos para combater esta situação. Disse que existem colônias com números muito exagerados de pescadores e que é preciso moralizar a categoria. Na conclusão da discussão, José Dias do IBAMA/Sede afirmou que concorda com a necessidade de se consertar a situação, informando que só no último defeso, segundo informação do MTE, 800 mil pescadores receberam o seguro-desemprego e que este número está muito acima da realidade, segundo dados disponíveis. Afirmou que é preciso caminhar para um sistema que seja impessoal na informação sobre o exercício da profissão. Sugeriu a criação de um grupo de trabalho coordenado pelo MTE, com a participação da SEAP, IBAMA, Previdência Social e outras instituições, para encontrar alternativas e chegar a uma proposta que reflita a realidade, caso contrário, o sistema poderá se tornar inviável devido ao grande número de pessoas que recebem o seguro irregularmente, podendo vir a ser cancelado pelo governo, prejudicando assim os pescadores autênticos. Ao final da reunião, Sara da COOPE/CGFAP/IBAMA informou sobre a revisão da Portaria nº 92/95, realizada na véspera pelo grupo. João, do MMA sugeriu que haja um relato das alterações em relação à versão anterior da Portaria. Sara informou que será feita uma memória da reunião com todas as informações. José Dias encerrou a reunião, informando antes que todas as reuniões do CGSF terão atas a serem aprovadas pelos membros do Comitê. O encerramento do primeiro dia de instalação do Comitê ocorreu às 16h50min.

Início dos trabalhos no dia 31/7 às 9h com um aparte na reunião do Comitê para repasse de informações sobre a Portaria nº 166/07, que trata da questão de emalhe, criação de um grupo de trabalho para, em até 120 dias, propor medidas mitigadoras para os cetáceos. A Portaria fica suspensa durante esse período. Esse aparte se deu por ser de interesse de alguns grupos presentes. Em seguida foi feita a apresentação da proposta de cronograma de trabalho do CGSF pelo Coordenador José Dias, do IBAMA/Sede, que explicou com mais detalhes o processo de elaboração da proposta do Plano de Gestão, que será um dos resultados desse Comitê, ficando assim estabelecido:

- 1) Publicar a Portaria do Comitê: até 15/09/2007.
- 2) Publicar a Portaria de nomeação dos integrantes do Comitê: até 30/09/2007.
- 3) Encaminhar nome de instituição de pesquisa ou pesquisador para constituir o Subcomitê Científico: até dia 30/10/2007.
- 4) II reunião do CGSF até o dia 30/03/2008 para aprovação dos nomes do Subcomitê científico.
- 5) Instalar o Sub-comitê Científico até dia 30/04/2008.
- 6) Encaminhar a elaboração do Plano de Gestão.
- 7) III Reunião do CGSF até 30/09/2008: apresentação da pré-proposta de Plano de Gestão. Ficou definido que as cinco Superintendências do IBAMA nos estados que compõem a Bacia deverão escolher um representante para compor o Comitê. Esclareceu-se que não há limite definido sobre o número de componentes para o Subcomitê Científico. João, do MMA, perguntou se já há pré-produtos para formar a base para o acompanhamento do Comitê. José Dias informou que se pretende verificar todos os aspectos sobre as ações impactantes à pesca, trabalhando de forma ecossistêmica. A idéia é que o Plano aporte novas demandas que serão coordenadas por outros parceiros da área. Rosivando, da CONTTMAF, perguntou como o IBAMA vê a transposição do rio São Francisco. José Dias respondeu que com muita preocupação, pois é uma ação que envolve muitas particularidades e não vai resolver o problema da sede e, sim, beneficiar os

usuários da irrigação. Wandelei/IBAMA/Petrolina disse que é necessário levantar publicações existentes sobre recursos pesqueiros na bacia. O cronograma foi aprovado pelos participantes, devendo ser encaminhado para aprovação na próxima reunião. Ao final, os presentes se manifestaram: Alexandre, do MMA, disse que essa reunião é um marco no PRSF e que se percebe com isso o avanço que o Programa vem tendo, e agradeceu o convite para participar. Tatiana do MTE também agradeceu o convite, afirmando que os resultados serão importantes para melhorar a avaliação do seguro-desemprego relativo ao defeso. Saldanha se comprometeu a levantar as ações que estão sendo realizadas pela SEAP na bacia, inclusive um relatório antigo sobre enchentes, do ano de 1978. O senhor Bida (AL) agradeceu o convite em nome dos pescadores de Alagoas. Eliana do IBAMA/BA falou em nome dos colegas do IBAMA, agradecendo o convite e se colocando à disposição. O senhor Raimundo (MG) agradeceu em nome da Confederação, na pessoa do senhor Ivo, dizendo que espera que “neste novo IBAMA e em parceria com a sociedade civil, possamos navegar no mesmo barco”. Sara agradeceu a todos pela participação tanto nos dois dias de revisão da portaria de normas gerais e da instrução normativa sobre o defeso, como pela participação das instituições que compõem o Comitê de Gestão do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros da Bacia do São Francisco, nos três dias seguintes. José Dias agradeceu a todos pela participação, encerrando a reunião com a afirmação de que “as pessoas passam, mas o comitê ficará”. A reunião foi encerrada às 10h.